

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE TÉCNICO, DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO, ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, CONFORME CARACTERIZAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL**

**ATA N.º 3**

1. Ao décimo primeiro dia do mês de outubro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniram os elementos do júri nomeados para a contratação na modalidade de relação de emprego público, por tempo indeterminado, de um Assistente Técnico, da carreira geral de Assistente Técnico, área de Sistemas de Informação Geográfica, estando presentes: o presidente, Dr. Serafim Castro Pires, Diretor do Departamento de Urbanismo e os vogais efetivos: Dr. Paulo Alexandre dos Santos Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr. Nelson Pedro de Jesus Estevão, Técnico Superior.
2. A reunião destinou-se proceder à apreciação das reclamações apresentadas em sede de audiência de interessados, no âmbito da apreciação de candidaturas, de acordo com o disposto no artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro e no Código do Procedimento Administrativo.
3. Realizada a Audiência dos Interessados, verificou-se que os candidatos excluídos, Ana Carolina Simões Lopes, Ana Catarina Silva Couto Bernardes, Áurea Maria de Jesus Almeida Gomes, Bárbara Sofia de Almeida Simões, Cátia Pereira Bernardino Pires, Cátia Maria Santos Pinto, Célia Maria Marques Duarte, Cristina Maria Manata da Silva Palhares, Fábio Rafael de Aboim Gesto Batista, Fábio José Rodrigues Simões, Gabriela Sofia Marques Lopes, Inês Sofia dos Santos Caçola Silva, Joana Raquel Simões Grilo, João David Gomes Marcelino, João Manuel Soares Teixeira, Judite Conceição Pessoa da Ângela, Marcelo Santos Rei, Miguel José Varejão Pinto, Miriam Sofia Machado da Silva, Pedro Alexandre de Oliveira Rebelo Alves, Sílvia Teresa Pereira das Neves, Susana Patrícia da Silva Pereira, Tania Alexandra Martins Moniz, Vanessa Maria da Conceição Santos, Vera Lúcia da Silva Pinto e Vera Lúcia Ramos da Silva, não se pronunciaram, pelo que o júri deliberou manter a sua exclusão, por não

reunirem os requisitos de admissão ao concurso, nos termos e com os fundamentos constantes na ata n.º 2.

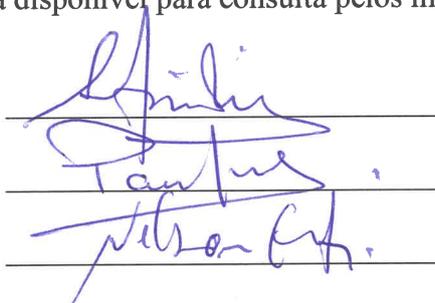
4. Mais deliberou o júri, convocar os candidatos admitidos para a realização do 1.º método de seleção, Prova de Conhecimentos, conforme lista em anexo.

4.1. Nos métodos de seleção presenciais, os candidatos deverão obrigatoriamente, ser portadores de documento de identificação válido.

5. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade e votação nominal.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri.

A presente ata fica desde já disponível para consulta pelos interessados.



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE TÉCNICO, DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO, ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, CONFORME CARACTERIZAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL**

AVISO (Extrato) N.º 18307/2024/2 (D.R., 2.ª Série, N.º 162 de 22 de agosto de 2024)

Bolsa de Emprego Público– OE202408/0868

**Manutenção da exclusão dos candidatos em sede de apreciação de candidaturas**

**Convocatória para a realização do 1.º método de seleção - Prova de Conhecimentos**

**1. Manutenção de exclusão dos candidatos**

Atendendo a que o prazo para audiência dos interessados terminou sem que os candidatos excluídos tivessem apresentado qualquer pronúncia, o júri deliberou manter a sua exclusão, por não reunirem os requisitos de admissão ao concurso, nos termos e com os fundamentos constantes na ata n.º 2.

**2. Convocatória para prestação da Prova de Conhecimentos**

Notificam-se os candidatos admitidos para a realização da Prova de Conhecimentos, a ter lugar no dia 29 de outubro de 2024, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, conforme data e hora definido em lista infra.

Código Candidato	Nome do Candidato	Hora	Local
20249#4424	Andreia Filipa Ribeiro Pessoa	09,30h	<b>29/10/2024</b> Salão Nobre Edifício Paços do Município
20249#19210	Carlos Daniel Vicente Pinto		
20249#4654	Elisabete Maria Saltão Barbosa	10,3h	
20249#19233	Frederico José Entresede Marques de Figueiredo		
20249#19288	Jorge Miguel Ramalheira de Moura e Melo	11,30h	
20249#19286	Letícia de Fátima Eleutério Cimbron		

Conforme mencionado no Aviso de Abertura, a Prova de Conhecimentos será de natureza teórica, de realização individual e de forma oral, sem possibilidade de consulta da legislação, sobre conhecimentos gerais e específicos relacionados com o exercício da função, e terá a duração máxima de 30 minutos.

*Handwritten initials in blue ink.*

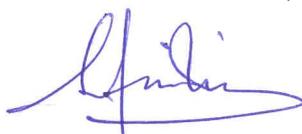
Programa da prova de conhecimentos:

- **Lei n.º 65/2019 de 23 de agosto**, na redação atual: mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada;
- **Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho**, na redação atual (versão consolidada no DR): Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional;
- **Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro**: Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais e na cartografia temática;
- **Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto**, na redação atual (versão consolidada no DR): Aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2007/2/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março, que estabelece uma Infra-Estrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia (INSPIRE);
- **Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro**: define os requisitos de acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos públicos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2102 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016;
- **Lei n.º 35/2014, de 20 de junho**, na redação atual - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

**Os candidatos deverão, obrigatoriamente, ser portadores de documento de identificação válido.**

Cantanhede, 11 outubro de 2024

O Presidente do Júri,



Serafim Castro Pires

(Diretor do Departamento de Urbanismo)